
O testemunho de Carolina Maria de Jesus em *Quarto de Despejo* (1960)¹

Isabelle do Pilar MENDES²
André Corrêa da Silva de ARAÚJO³
Bruno Bueno LEITES⁴
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

O trabalho é instigado a debater as formas de se fazer um testemunho a partir de uma leitura do livro *Quarto de Despejo* (1960) de Carolina Maria de Jesus. Nossa problematização parte da questão: como a autora elabora seu testemunho, qual o teor testemunhal do livro? Qual o conteúdo que relata no livro? Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica e uma posterior análise da obra utilizando os conceitos de subalternidade (SPIVAK, 2010, 2019), escritas de si (ARFUCH, 2010; FAEDRICH, 2022) e testemunho (SELIGMANN-SILVA, 2006, 2010).

Palavras-chave

Carolina Maria de Jesus; *Quarto de Despejo*; Moradia; Testemunho; Escritas de Si.

Introdução

O presente trabalho é uma síntese do trabalho de conclusão de curso no qual analisamos o livro *Quarto de Despejo* (1960) da escritora Carolina Maria de Jesus. Nosso objetivo é debater sua autoconstrução enquanto autora que testemunhou o processo urbano de favelamento da cidade de São Paulo. A escolha pela obra é justificada pela atualidade das problemáticas presentes nela. O racismo continua a se perpetuar sistemicamente na sociedade brasileira e pode ser visto de forma explícita, pela violência policial e pela segregação espacial das cidades, e, de forma implícita, por exemplo, através da institucionalização de leis e termos linguísticos que carregam vestígios coloniais, cuja consequência é a marginalização de grande parcela da população brasileira.

Para trazermos à superfície as condições e a realização de Carolina, realizamos uma contextualização de sua história de vida, bem como uma contextualização das mudanças urbanas que aconteciam em São Paulo na época em que o livro foi lançado.

¹ Trabalho apresentado na IJ08 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação, da Intercom Júnior – XX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Relações Públicas da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, e-mail: isa.pmendes2@gmail.com.

³ Coorientador do trabalho. Professor e pesquisador da Associação de Pesquisa e Práticas em Humanidades (APPH), e-mail: andrecesaraujo@gmail.com.

⁴ Orientador do trabalho. Professor do Departamento de Comunicação da FABICO-UFRGS, e-mail: bruno.leites@ufrgs.br.

Importa também ao nosso trabalho a análise da comunicação de Carolina a partir do que foi, vivenciou e almejou ser: uma autora de literatura. Com o conceito de *subalternidade* analisamos a marginalização imposta a ela e aos outros moradores da favela do Canindé. Com o conceito de *escritas de si*, analisamos o espaço autobiográfico que a autora cria no diário, onde desenvolve seu estilo de escrita. O entendimento de o *Quarto...* enquanto relato do contexto em que viveu transformou-se para nós na percepção do diário enquanto *testemunho* das mazelas cotidianas que sofria e de seu processo de criação de estilo de escrita.

Contextualização

Carolina Maria de Jesus Nasceu em 1914, na cidade de Sacramento, em Minas Gerais. Neta de Benedito José da Silva, conhecido com o Sócrates Africano, cresceu ouvindo dele histórias ao redor da fogueira, como as dos tempos de escravidão. Seguiu a paixão que o avô tinha por narrativas e aprendeu a ter “a noção de que a palavra tem poder” (IMS, 2024). Sua educação formal, entretanto, foi dos aproximadamente dois anos em que frequentou a escola, quando teve contato com livros como *A escava Isaura* (1875), romance de teor abolicionista. Com 13 anos se mudou para São Paulo pela primeira vez. Desde pequena ouvia falar sobre a cidade. Neta de ex-escravos, nasce livre, mas circunscrita pela problemática da busca por um lugar, território, que é anterior à sua existência.

A vivência negra no campo e na cidade é uma experiência itinerante, visto que o direito à propriedade, desde a Lei de Terras, “promulgada estrategicamente duas semanas antes da declaração do fim do tráfico de escravizados para o Brasil” (PEREIRA, 2019, p.27), restringe o acesso à terra, inclusive às desocupadas - terras férteis para plantio no campo e locais vazios e sem manutenção, a ponto de ruir, nas metrópoles - àqueles que podem pagar por seu alto custo.

A década de 40 foi marcada pelo crescimento acelerado da cidade em termos habitacionais. Pessoas vinham de diversas regiões do país à procura de melhores condições no centro urbano, que teve um processo de favelamento, conforme Sampaio (1994 *apud* BARONE, 2019), relacionado à ação de loteadores do setor privado que ofereciam espaços em parcelas mínimas, pagas a longo prazo, instigando o desejo de aquisição da moradia própria por parte da população de baixa renda, que via na compra dos lotes uma alternativa para escapar dos aluguéis elevados, e a incentivos do poder

público que, em pacto com empresários do setor de transporte urbano, queria abrir novas linhas de ônibus para os loteamentos.

Desde o início a situação crítica era conhecida. Os locais eram ditos como uma etapa provisória de estabelecimento para pessoas com condições como as de Carolina que viveu em cortiços, prédios abandonados e até mesmo debaixo de viadutos (FARIAS, 2018). A população era transferida de um local para outro conforme a gestão pública julgasse condizente. As realocações eram arquitetadas por planejamentos urbanos em consonância à imagem de progresso almejada pelo governo, que divulgava a construção cidades modernas, desenvolvidas e funcionais (BARONE, 2019) mas que, para serem construídas, impunham processos de segregação que delegavam, segundo os interesses do capital, quem são os indivíduos que podem ocupar quais locais e em quais condições.

Na época, obras foram feitas, entre elas, o redirecionamento da canalização do rio Tietê. O projeto, que teve como objetivo desocupar áreas que pudessem ser comercialmente valorizadas pelo setor privado, não se atentou para questões como “o controle de vazão e a contenção de inundações em relação ao regime hídrico do rio” (BARONE, 2019, p.56). Diante disso o bairro do Canindé, para onde 99 famílias haviam sido deslocadas, passa a enfrentar problemas hídricos.

O estado seguia com as expansões e despejos, que chegaram a totalizar 5.121 ações assinadas por juízes no período de um ano (CASTRO; MACHADO, 2007 *apud* FARIAS, 2018). Nesse processo, Carolina chega em 1948 à agora favela do Canindé. O primeiro trecho do livro *Quarto de Despejo* é de julho de 1955. Nele, ela relata pensar que vive em uma atual escravidão, maquinada pelo custo de vida. Conta que queria comprar um par de sapatos para Vera, sua filha mais nova, mas que não pôde, pois precisava comprar comida (JESUS, 2014). Para Meihy, os testemunhos de Carolina foram:

uma prova flagrante das atrocidades que mereceriam vir a público naquele instante, pois a democracia implicava críticas que, àquela altura, eram históricas. Sua experiência de favelada expunha ao coletivo uma chaga feia, atestado das falhas de projetos vigentes, de desenvolvimento econômico e programas sociais, encetados por governos federais em nome da modernização do país (1998, p.82).

Sua escrita intercalava suas críticas a sua poesia. Insatisfeita com as tramas do seu arredor, com a falta saneamento, saúde e condições dignas moradia, ia em assembleias “observar as tragédias que os políticos representam em relação ao povo” (JESUS *apud* FARIAS, 2019, p.54) e, enquanto estava na favela, descrevia um “céu salpicado de estrelas” do qual, se pudesse, recortaria um pedaço para fazer um vestido. Sua vivência

era cola que ligava estilos narrativos e ia de si para o mundo. Do enfermo à beleza. Uma maneira de recriar pela escrita uma realidade outra. A autora, que trouxe para a literatura brasileira uma história a acontecer, da constituição das favelas, com a vontade de quem não aceitou imóvel sua posição à margem, poetizou e concretizou. Construiu uma voz que ressoa sua existência e a do seu contexto:

A passagem de Carolina de Jesus por diferentes bairros de São Paulo (Santa Ifigênia, Canindé, Santana e Parelheiros) e distintas modalidades de habitação (moradora de rua, cortiço, favela, habitação própria urbana e rural) sugere uma reflexão acerca da participação da população negra nesses segmentos territoriais e nessas formas de moradia no período tratado (BARONE, 2019, p.68).

O livro é uma narrativa sobre descasos cometidos contra parcela da população, subalternizada, para quem o desenvolvimento significou segregação. Repleto de trechos ficcionalizados, embalados pelo dom de Carolina para conduzir histórias, o *Quarto...* está hoje traduzido em mais de 14 idiomas. Poesias, contos, crônicas, provérbios, o formato escolhido pela autora era aquele que expressasse o que ela tivesse para dizer naquele dia. Escrevia pela necessidade de assimilar e exclamar aquilo que vivenciava, queria ser ouvida, e a publicação tornou audível seu sonho de não escrever ao léu. Sua escrita, que tornou legível sua subjetividade de mulher pobre negra e favelada, ao dizer de si, contou de uma multiplicidade de micronarrativas, de literaturas minorizadas. Foi personagem e narradora. Observadora e atuante. Escreveu, em suas palavras, “para desafogar as dificuldades que a enlaçavam como um cipó que enlaça e une as árvores” (JESUS, 2014, p.170). Falou visceralmente sobre seus filhos, sobre os políticos, seus amores, amigos e vizinhos para compartilhar o que pensava, para denunciar. Entretanto, foram diversas vezes surdos os ouvidos que a receberam, da crítica e da recepção letrada, principalmente. Sabia que faria inimigos e encontraria críticas pelo caminho, pois sua literatura diferia das existentes até então (FARIAS, 2018). Apesar disso, com a potência de quem por vezes criou e rearranjou palavras para dizer daquilo que sentia, de quem sabia que pela palavra tinha em mãos um código poderoso, que a desatou, tanto quanto possível, do passado escravista vivenciado por seus avós, ao passo que também a interligou, em ato crítico, aos mecanismos coloniais ainda presentes em nossa sociedade, Carolina arranhou sua história.

Aporte teórico

Subalternização: a violência do silenciamento

O conceito de subalternidade é proposto pela crítica e teórica indiana Gayatri Spivak, em seu livro *Pode o subalterno falar?* (2010). Na obra, a autora indaga a relação entre os desejos de indivíduos de grupos minoritários e a representação de seus quereres quando expressos por indivíduos, leis e sintaxes que dominam a esfera social. O “eu”, entendido enquanto a subjetividade trazida à tona, existe no e através do discurso. Por isso, é cambiante, varia conforme as produções de si dos cidadãos, suas condições e conversações. Os corpos, portadores de consciência, deslocam-se por diversos lugares, produzem linguagem e são lidos de forma diferente em cada um desses deslocamentos e, as relações construídas com o outro, que respondem a situações, normas e papéis sociais, fazem variar aquele que diz e aquele que escuta.

Pra Spivak, entretanto, os processos de sujeição são organizados por virtualidades, por um “leque de plausibilidades” (MACIEL, 2021, p.3), resultado da plasticidade que os conceitos, as palavras, possuem. E, em relação a grupos marginalizados, essa plasticidade, a possibilidades de criação de sistemas linguísticos, não encontra espaços físico, representacional e institucional, para se constituir em enunciados que sejam escutados. O *Quarto...*, para além de ser um registro da autoconstrução de Carolina enquanto autora, é um testemunho que documenta a vivência de uma mulher negra no Brasil em pleno processo de ocupação urbana e favelização da cidade de São Paulo.

Favelas como foi o da Canindé, organizadas pelo poder público, que na época deslocou 99 famílias para um espaço sem infraestrutura e saneamento, são resultado de escolhas, produtos de lutas políticas regulamentadas contra a complexidade dos diferentes grupos que ocupam os espaços (STENGERS, 2022). Nelas uma guerra civil acontece paulatinamente contra a existência de indivíduos marginalizados que lutam para construir suas moradias com papelão, madeira, latas, pouco importa, em um primeiro momento, momento de sobrevivência mínima, possível.

A vivência de seu grupo sociorracial é marcada pela presença contínua da lembrança da imanência da morte, que é corporificada pela fome que passam, pelas habitações precárias em áreas de risco que ocupam e pela violência policial, resultante da discriminação, que enfrentam (PENTEADO, 2018). Em junho de 1958, Carolina escreve “Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais.” (JESUS, 2014, p.46). Assim, a subalternização de um indivíduo diz da não consideração de sua vida em disputas e planejamentos, que fazem com que determinados corpos e suas necessidades sejam desconsideradas da pressuposta igualdade social.

Quanto a palavra escrita, o sistema pós-colonialista que Spivak critica e reformula, possui rastros coloniais. A autora chama de *política de tradução* o mecanismo que transcreve linguagens conforme a intenção de utilização dos agentes do poder (SPIVAK, 2010). Os movimentos desse campo podem ser percebidos pela utilização das palavras no dia a dia. A palavra “trabalhador”, por exemplo, quando referencia indivíduos de maneira global “nega a divisão internacional do trabalho e as conjecturas do capitalismo” (SPIVAK, 2010 *apud* CARVALHO, 2011, p.66). Quando uma palavra emudece realidades ocorre uma violência epistêmica. A naturalização e a estagnação de categorias que classificam os estratos sociais em conjuntos fechados, são a força das estruturas de dominação. Os indivíduos subalternos são “descolados” dos termos que dizem deles, pois a metonímia das expressões que os representam, como “trabalhador”, não é conectada a sua posicionalidade existencial, em “contiguidade, material ou conceitual” (*Metonímia*, OXFORD LANGUAGES, 2023) a sua realidade. Eles não alcançam, por conta disso, através da referenciação das palavras, a igualdade de direitos prevista no sistema democrático. Ocorre então um “epistemicídio” que é “o crime da página esclarecida”, cometido nas entrelinhas, através dos termos, mas que causa consequências corpóreas que podem ser vistas nas ruas e no desamparado de corpos marginalizados.

Carolina criava, como contrarresposta, novos usos para as palavras a partir de reflexões sobre seus dias, como no trecho a seguir, em que testemunha sua ida a um açougue e critica o sistema, que chama de “desorganizações”:

Pensei na desventura da vaca, a escrava do homem. Que passa a existência no mato, se alimenta com vegetais, gosta de sal mas o homem não dá porque custa caro. Depois de morta é dividida. Tabelada e selecionada. E morre quando o homem quer. Em vida dá dinheiro ao homem. E morta enriquece o homem. Enfim, o mundo é como o branco quer. Eu não sou branca, não tenho nada com estas *desorganizações* (JESUS, 2014, p.60).

Para que façam ressoar o acontecer de um indivíduo, os discursos precisam ser negociações constantes, resultado de conversas e escutas, imperativos construídos em conjunto. Em Spivak (2010), o confronto da subalternização parte da problematização das estruturas e do aprendizado autorreferencial sobre si mesmo. A resistência, para ser contra sistêmica, deve ser imanente, dizer a partir de seu local discursivo. Pois, ao dizer a partir do local do qual faz parte, um testemunho torna-se “não ideológico-transcendente” e passa a ser um trabalho de análise, de recolhimento de “ingredientes”, para que novos agenciamentos linguísticos sejam nutridos (SPIVAK, 2010) e façam cair por terra máscaras que caracterizam códigos enviezadamente programados enquanto

verdades históricas (SPIVAK, 2019), ao trazerem para a roda indivíduos a partir de sua própria experiência, de seus relatos.

Escritas de si: conceitos de criação

Processos de escrita no quais um indivíduo diz de si surgem, para Leonor Arfuch (2010, p.58), da “ênfase biográfica que caracteriza o momento atual”. O anseio pelo relato da experiência dos indivíduos feito de forma testemunhal é um sintoma que demonstra o desejo por formas de expressão que, para além de construírem gêneros narrativos, constroem espaços biográficos nos quais relações de sentido são articuladas e permitem a leitura dos climas de uma época. Os gêneros discursivos são sistemas imersos na historicidade, delineados por valorações do mundo e traduzidos “numa voz que testemunha algo que só ela conhece.” (ARFUCH, 2010, p.72) a partir da instantaneidade do tempo vivido.

As “literaturas introspectivas”, com escrita em diários, segundo Faedrich (2022, p.103), são formas de buscar por “identidade e sentido na vida”. A prática de escrita em cadernos, confissões e redes sociais, é associada à possibilidade de partilha da experiência da solidão, insegurança, medo do sofrimento e da morte, como tentativa de nomear, atribuir sentido e compreender pavores. Ao descobrir que a realidade é turva, enosada em tramas de difícil compreensão e deglutição, “a experiência da narração transforma o vivido no contado” (RICOEUR, 1991 *apud* FAEDRICH 2022, p.122) e, dessa forma, através da narrativa, o indivíduo pode ser lido. Após, a “orelha do outro” (DERRIDA *apud* FAEDRICH 2022, p.157), que passa a existir em um momento de escuta ativa, reelabora a história que ressoa da tensão entre o mundo e as relações que nele se desdobram.

O “espírito do tempo”, que ressoa nas subjetividades e materialidades – como em um livro, no caso da presente pesquisa – demanda formas de expressão que variam e anseiam por formatos conforme as valorações consideradas no espaço literário. Penteadó (2018) aponta que a escolha de Carolina pela escrita em diário foi precursora. O relato testemunhal escrito tendo como suporte um diário não era comum no Brasil dos anos 50, pois escritas “íntimas” não eram debatidas na esfera pública. O *Diário de Anne Frank* (1950), que testemunha de maneira pessoal o horror dos campos de concentração nazistas, por exemplo, foi publicado no Brasil apenas em 1956, quando Carolina já escrevia o *Quarto de Despejo*.

Testemunhos e diários, expressões de si, são vistas enquanto constituintes do espaço literário biográfico, valoradas conforme o momento em que são relacionadas e pela forma como são recebidas. As duas formas abarcam a obra de Carolina e funcionam como se uma também fosse a outra: o livro-diário, forma através da qual a autora transpõe sua vivência, as marcas e pegadas que no dia a dia constrói junto ao seu espaço biográfico - resultante do embate entre o eu moderno e o mundo, que se apresenta como uma manifestação violenta, repleta de segregações urbanas e ataques de gênero, raça e classe - concretiza para a posterioridade seus testemunhos.

Carolina criou para si, pela “busca de sentidos, o traçado de uma forma perdurável” (ARFUCH, 2010, p.136), um espaço no qual sua história, de uma mulher negra, quebrou silêncios, abriu veredas por entre fronteiras e trouxe uma língua outra. Língua que pode ser vista como língua da falta, visto que seus antepassados distantes e parentes próximos eram analfabetos. A eles, escravizados, não foi dado o local da escritura. Mas Carolina inventou palavras, escreveu com a grafia errada, como se não soubesse escrever, assim como eles não sabiam. Como entoado por Maria Angélica Deângeli:

Se não se pode dizer-se, narrar-se - dizer-se si mesmo e a si mesmo - na língua sagrada, não há outra saída a não ser migrar para uma língua outra. Uma língua que deixe vazar (e extravasar) o amor que se cultivava pela escritura; uma língua que permita, enfim, dizer esse amor (2010, p.115).

Carolina, ao passo que inventava palavras, utilizava vocábulos do português prosaico e da linguagem da norma culta. Demonstrava seu desejo em se tornar uma escritora como eram os consagrados e, para isso, alocava sua vivência em palavras que julgava serem cabíveis para que ela se impulsionasse como essa figura. Selecionava-as, analisava seu funcionamento interno no texto e, assim, autorreferenciava ao que se tornaria em ato. Como na passagem do dia 15 de julho de 1955:

Procurei meu filho João José. Ele estava na rua Felisberto de Carvalho, perto do mercadinho. O ônibus atirou um garoto na calçada e a turba afluiu-se. Ele estava no núcleo. Deilhe uns tapas e em cinco minutos ele chegou em casa. Ablui as crianças, aleitei-as e ablui-me e aleitei-me. Esperei até as 11 horas, um certo alguém. Ele não veio. Tomei um melhoraí e deitei-me novamente. Quando despertei o astro rei deslisava no espaço. A minha filha Vera Eunice dizia: — Vai buscar água mamãe! (JESUS, 2014, p.10).

No trecho, Carolina utiliza a expressão “a turba afluiu-se”. Ao imaginarmos a cena podemos pensar que a usa para dizer que uma multidão reuniu-se em torno do menino atropelado. Depois, utiliza a palavra “abluir”, que no dicionário quer dizer “limpar”

(Abluir, OXFORD LANGUAGES, 2024). Ela segue dizendo “aleitei-as”, que talvez diga do ato de arrumá-las para dormir, e segue conjugando as expressões agora com o “me” para demonstrar que fez o mesmo e dormiu. Nesse trecho, podemos ler acontecimentos da favela, tarefas de Carolina como mãe e seu processo de construção escrita.

Em seus livros a autora autoescreveu-se para narrar a vida que vivia, a vida da obra e sua obra de vida “como possibilidade de ficção, de simulacro e de disseminação” (DEÂNGELI, 2010, p.126). Ficcionou “acontecimentos e fatos estritamente reais” (NASCIMENTO, 2017, p. 613). Foi de si ao outro, pela estratégia de construção polifônica de vozes a partir das diferentes perspectivas que percebia e narrava: as suas, a dos outros moradores da favela, as da cidade, de gerações passadas. As escritas de si são literaturas que trazem no seio questões sociais vivenciadas por agentes ou testemunhas de acontecimentos que “pela força da criação artística” compartilham sua visão “da inimaginável realidade dos fatos” (FAEDRICH, 2022, p.14). São narrativas experienciais, unidas ao corpo e à voz, a presença real do indivíduo na paisagem que revisita e cria. Segundo Beatriz Sarlo:

Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum. A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepetível), mas a de sua lembrança. A narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar (2007, p. 24-25).

Carolina testemunhou sua vivência em o *Quarto...* a partir da experiência urbana que atravessou seu corpo, cuja temporalidade e intensidade do atravessamento desenharam a forma como escreveu sua “corpografia” (JACQUES, 2008, *apud* SELIGMANN-SILVA 2020). A escrita, assim, pode ser vista como uma âncora para indivíduos que precisam afirmar um “eu” tanto quanto lhes for possível nessa sociedade que os puxa “se não para o extermínio, ao menos para o anonimato e para sua insignificância” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p.9); para a marginalização, para a subalternidade.

Testemunho: de si, da violência, da cidade

Para Marcio Seligmann-Silva, vivemos um acúmulo de desastres modernos – o colonialismo, ainda não findado; as guerras, o holocausto, as epidemias, os governos nazistas e fascistas – que causam traumas (SELIGMANN-SILVA, 2006). Sua perspectiva

abarca questões macro e micropolíticas, sociais e singulares. Reflete sobre os signos linguísticos concretizados, as palavras, e o que elas representam - através do código civil de leis, por exemplo, e de relatos individuais, como foi o de Carolina -, e sobre os rastros memoriais de eventos devastadores e seus desdobramentos na estruturação de narrativas presentes (SELIGMANN-SILVA, 2006).

A investigação sobre os testemunhos tem como objetivo “iluminar o campo escritural”, visto que o campo memorial nas sociedades pode funcionar tanto quanto “traçamento” quanto “apagamento” da história (SELIGMANN-SILVA, 2006). O conceito de testemunho aqui tratado é lido, então, enquanto uma expressão das vivências de sobreviventes de traumas que se opõe à concretude unificada da narrativa histórica, que apaga relatos individuais, sem com isso deixar de considerar que todo depoimento é localizado, pois existe a partir de um espaço-tempo. Testemunhos são relatos de indivíduos a partir de suas percepções diante de acontecimentos coletivos, memórias que “como parte de um debate público [...] se decantam também em argumentos” (SELIGMANN-SILVA, 2006, p.10). Narrativas que resultam da miséria, do descaso, das máquinas de matar produzidas no último século e que dizem de como esses ocorridos transformaram singularmente as maneiras de imaginar, entender e, coletivamente, contam a história das populações que é ensinada.

Penteado (2018), pesquisa sobre a estética criada por Carolina em o *Quarto de Despejo*. Sua tese é de que o estilo narrativo da autora resulta das violências diárias e sistêmicas que os brasileiros sofrem. Ele cria o conceito de *vida limite* para explicar que, no Brasil, a violência se perpetua diariamente, através do racismo, do machismo patriarcal e da segregação espacial. Para ele, essas brutalidades são rastros do período de escravização colonial que ao ser desmantelado não foi resolvido com políticas públicas que garantissem direitos como os de moradia. Esses descasos seguem sem serem debatidos, o que causa um modo de existir no Brasil sempre “no limite”, no qual grandes extermínios são diluídos em pequenos extermínios constantes, diários, como são os que acontecem nas favelas. Os indivíduos, como Carolina, que vivem essa realidade na pele, são silenciados, subalternizados, pela falta de escuta e de inserção de sua existência, narrativas, desejos, necessidades e problemas, nos discursos sociais. Em maio de 58 Carolina relata essas violências:

Eu ontem comi aquele macarrão do lixo com receio de morrer, porque em 1953 eu vendia ferro lá no Zinho. Havia um pretinho bonitinho. Ele ia vender ferro lá no Zinho. Ele era jovem e dizia que quem deve catar papel são os velhos. [...] No

outro dia encontraram o pretinho morto. Os dedos do seu pé abriram. O espaço era de vinte centímetros. Ele aumentou-se como se fosse de borracha. Os dedos do pé parecia leque. Não trazia documentos. Foi sepultado como um Zé qualquer. Ninguém procurou saber seu nome. Marginal não tem nome (JESUS, 2014, p.34).

A possibilidade de agredir, mutilar e matar, que durante a escravidão foram abertamente fundamentadas pelas premissas econômicas e políticas (GINZBURG *apud* PENTEADO, 2018, p.182), assim como os mecanismos de “apadrinhamento”, da seguridade de cargos públicos conforme interesses privados e proximidades relacionais, são heranças escravocratas vigentes no Brasil de hoje, agora, naturalizadas e diluídas em brutalidades sistêmicas.

Assim, ao investigarmos testemunhos podemos tanto historiografar horrores e vivências passadas, quanto deslocar camadas testemunhais presentes em busca de narrativas como a do *Quarto...* que em sua expressão se opuseram ao sistema patriarcal colonial dominante no Brasil. No trecho do dia 21 de julho de 1955, por exemplo, Carolina conta de seus hábitos diários, de seu trabalho como catadora e da vida das mulheres do Canindé:

Uma menina por nome Amalia diz a mãe que o espírito lhe pega... Saiu correndo para se jogar no rio. Varias mulheres lhe impedio o gesto. Passei o resto da tarde escrevendo. [...] Fui catar papel, mas estava indisposta. Vim embora porque o frio era demais. Quando cheguei em casa era 22,30. Liguei o radio. Tomei banho. Esquentei comida. Li um pouco. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem (JESUS, 2016, p.21).

Podemos ver no relato da menina que tentou se jogar no rio um testemunho das consequências psicológicas causadas pelas dificuldades que as mulheres enfrentam em um sistema social que fabrica loucuras pela sobrecarga, desamparo e misoginia. O “oásis” da autora - que relata durante o livro agressões que viu serem cometidas contra outras moradoras do Canindé, o som de espancamentos que ouvia durante as noites -, seu local de enfrentamento, é a leitura e a escrita. Carolina, enquanto catava papéis, catava também ideias e percepções pela cidade. Apesar de que, conforme escreveu em julho de 1959, “quem escreve gosta de coisas bonitas” e, em seus dias, encontra “só tristezas e lamentos” (JESUS, 2014, p.159), relatou sua percepção sobre a cidade: “Eu classifico São Paulo assim: O Palacio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos (JESUS, 2014, p.27). Dessa forma, a autora testemunha sua vida nesse espaço e abre veredas para que outras perspectivas, através de sua leitura, por exemplo, sejam visibilizadas.

Os testemunhos são cruciais “para indivíduos que vivenciaram experiências-limite” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p.185) e, para que as diversas camadas de um testemunho sejam percebidas, é necessário que as problemáticas sociais sejam visibilizadas e a potência de que ideias questionadoras como as de Carolina, que colocam em questão as representações maiores, seja reconhecida. A era das catástrofes e do acúmulo de crimes humanos deve corresponder também à criação de novas culturas, como uma “testemunhal”. Pois, conforme Seligmann-Silva, “O testemunho tanto artístico/literário como o jurídico pode servir para se fazer um novo espaço político para além dos traumas” (2010, p.185), que atingiram a sociedade e resultaram nos laços políticos que temos hoje. O autor atesta que, no Brasil, mal começamos a testemunhar, e, assim sendo, a elaboração de uma cultura da memória viria a ser uma contracultura, de contestação, a partir da escuta de relatos de sobreviventes da *vida no limite* em prol da criação de espaços para que vozes subalternas tenham vazão e ação social.

Conclusão

Carolina comunica, a partir de seu testemunho, sua autoconstrução enquanto autora e sua realidade subalterna. Quando diz que é pobre, negra e favelada, vive em meio à lama, e reclama dessas condições em prol de sua autoconstrução enquanto escritora e, também, das outras pessoas que vivem na favela do Canindé, temos um exemplo de discurso subalterno. O conteúdo do livro diz de sua escrita de si, da realidade socioespacial da época, da favelização da cidade de São Paulo, da falta de moradia digna para todos e do racismo sistêmico brasileiro.

Assim, o conteúdo testemunhal de sua obra é descolonizante porque, a partir de um ponto de vista singular de uma mulher marginalizada, conta um capítulo da história social. A leitura de *O Quarto...* levanta questões sobre a demanda ética em relação à historiografia de relatos passados, visto que denuncia rastros coloniais ainda presentes no cotidiano brasileiro que são mascarados na narrativa hegemônica ensinada de praxe nas escolas e debatida na esfera pública.

Se pensarmos que as narrativas são enraizadas no espaço-tempo em que são criadas, investigar esses espaços - que, no caso de Carolina, foi um local que ela mesma criou no diário, enquanto vivenciava o processo de favelização da cidade de São Paulo - marcado pela estigmatização de pessoas em sua maioria negras -, investigar as condições e significações atribuídas e expressas por elas é uma via para lermos a história dessas violências e realizarmos processos, como para Deângeli (2010), que abalem a posição

narcísica do etnocentrismo colonial. Pois, “as palavras e os conceitos requerem um preenchimento operado pelo pensamento, fala, escuta, escrita e leitura” (MACIEL, 2021, p.18). A qualidade relacional que os textos possuem aponta a problemática interpretativa e, simultaneamente, mostra que é possível analisarmos textos a partir de perspectivas descentralizadas, em movimento.

Para que uma história exista e seja socialmente debatida ela precisa ser dita e escutada. *O Quarto...*, para além de ser um registro da autoconstrução de Carolina enquanto autora, é uma obra que resguarda sua luta pela criação de um espaço de fala. Carolina articulou a si, a cidade e as violências sofridas por seu grupo sociorracial em um testemunho e, ao testemunhar sua vivência, alargou o discurso social ao trazer pela primeira vez a narrativa de uma favelada para a literatura brasileira.

Referências

ARFUCH, L. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BARONE, A. C. C. Negra ou pobre? Migrante ou despejada? Carolina de Jesus e o enigma das classificações (1937-1977). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 59, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/24977>. Acesso em: 9 mar. 2024.

IMS – Instituto Moreira Salles. **Biografia: Carolina Maria de Jesus**. São Paulo: IMS, 2024. Disponível em: <https://carolinamariadejesus.ims.com.br/biografia>. Acesso em: 20 mar. 2024.

DEÂNGELI, M. A. Representações da língua materna: fragmentos autobiográficos. In: Cláudia Maria Ceneviva Nigro, Susanna Busato, Orlando Nunes de Amorim (orgs.). **Literatura e representações do eu: impressões autobiográficas**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FAEDRICH, A. **Teorias da autoficção**. 1. ed. - Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

FARIAS, T. **Carolina: uma biografia**. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2018.

Carolina Maria de Jesus – Biografia. **Instituto Moreira Sales (IMS)**, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://carolinamariadejesus.ims.com.br/biografia/>. Acesso em 18 mar. 2024.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo**. São Paulo: Ática, 2014.

MACIEL, L. C. Spivak, pós-colonialismo e antropologia: pensar o pensamento e o colonialismo-em-branco dos nossos conceitos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, Brasil, v. 64, n. 2, p.

e186659, 2021. DOI: [10.11606/1678-9857.ra.2021.186659](https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2021.186659). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/186659>. Acesso em: 12 abr. 2024.

MEIHY, J. C. S. B. Carolina Maria de Jesus: Emblema do silêncio. **Revista USP**, [S. l.], n. 37, p. 82–91, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/27047>. Acesso em: 9 mar. 2024.

NASCIMENTO, E. Autoficção como dispositivo: alterficções. **Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, [S. l.], v. 24, n. 42, p. 611–634, 2017. DOI: 10.12957/matruga.2017.31606. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/matruga/article/view/31606>. Acesso em: 4 mai de 2024.

PEREIRA, G. L. **Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus**. 2019. 308 f. Tese - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SARLO, B. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, M. (org.). **Palavra e imagem: memória e escritura**. Chapecó: Editora Argos, 2006.

_____. O local do testemunho. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 03–20, 2010. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1894>. Acesso em: 29 mar. 2024.

SILVA, M. G. **Entre esquinas, escadarias e encruzilhadas: corpografias negras urbanas**. 2020. 95f. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

_____. Quem reivindica alteridade? In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

STENGERS, I. Reinventar a cidade? A escolha da complexidade. Tradução de Cecília Campello do Amaral Mello e Vladimir Moreira Lima Ribeiro. **Redobra**, n. 16, ano 7, p. 17-27, 2022.

METONÍMIA. In: **OXFORD Languages and Google**. Reino Unido: Oxford University Press, 2024.